



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

25 de abril de 2018

VEÍCULO		EDITORIA
() O Estado do MA	() Atos e Fatos	() Política () Cidades / Urbano () Geral () Polícia
() O Imparcial	() A tarde	
(x) Pequeno	() Correio de Notícias	() Outros
() Debate	() O quarto poder	
() Extra	() Internet / Blog	
DATA 25 / 04 / 2018	Página	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

SÃO LUÍS - MARANHÃO | QUARTA-FEIRA | 25 DE ABRIL DE 2018 | ANO LXVI | Nº 26.152 | R\$ 2,00
 ASSINATURA
 LOUVADO SEJA DEUS
JORNAL PEQUENO
 FUNDADOR: JOSÉ RIBAMAR BOGÉA
 O ÓRGÃO DAS MULTIDÕES
 www.jornalpequeno.com.br | redacao@jornalpequeno.com.br

"Máfia maranhense agora quer intervenção no Estado", diz Flávio
INFORME JP - PÁG. 3 [C1]

Eleições podem até ser anuladas por causa de 'fake news', diz Fux
PÁG. 12 [C1]

"Monitoramento"
CORONEL, MAJOR E SOLDADO DEPÕEM EM SINDICÂNCIA QUE APURA ORIGEM DE CIRCULAR SUSPEITA NA POLÍCIA MILITAR

Um coronel, um major e um soldado digitador já foram ouvidos, até agora, na Sindicância Investigatória, presidida pelo Coronel Antônio Roberto dos Santos Filho, subchefe do Estado Maior da PMMA, instaurada pelo Comando-Geral da Polícia Militar, para apurar a origem de uma Circular disparada para monitorar adversários políticos do Governo do Estado no interior do Maranhão.

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 25 / 04 / 2018	Página 3	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

TCE-MA anula contratos entre prefeituras e escritórios de advocacia

Municípios ficam cientes de que contratar escritórios de advocacia especializados em ressarcimento de verbas do extinto Fundef só mediante licitação

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-MA) anulou, no último dia 18, contrato do escritório de advocacia João Azêdo e Brasileiro com a Prefeitura de Anupurus em ações propostas para ressarcimento de verbas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), o qual foi firmado por inexigibilidade (inviabilidade de competição com outros escritórios para a contratação desses serviços).

O mesmo caso ocorreu com o contrato firmado entre o escritório Gomes Santos e Oliveira Advogados Associados e a Prefeitura de Afonso Cunha. Com a decisão, os Municípios ficam cientes que contratar escritórios de advocacia especializados nesses processos só mediante licitação pública.

Os escritórios de advocacia recorreram ao Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), que ignorou a decisão do TCE-MA e determinou o prosseguimento dos contratos. A discussão foi levada ao Supremo Tribunal Federal, e a ministra Cármen Lúcia, presidente do STF, definiu que o TCE-MA tem autonomia e poder para apreciar todos os contratos firmados pelos Municípios e que, até a de-



Cármen Lúcia definiu que o TCE-MA tem autonomia e poder para apreciar todos os contratos

cisão definitiva do tribunal, todos os pagamentos de honorários aos escritórios contratados sem licitação, seriam suspensos.

O Ministério Público do Maranhão (MP-MA) já havia recomendado que a Prefeitura de Cidelândia anulasse, no prazo de dez dias, o contrato também firmado com o escritório de advocacia João Azêdo e Brasileiro. O MP-MA constatou que no período de novem-

bro de 2016 a 2 de janeiro de 2017, esse escritório celebrou contrato similar para recuperação de créditos do extinto Fundef com 110 municípios, ou seja, mais da metade das prefeituras do Maranhão.

As consequências impostas aos prefeitos em não seguir as determinações do TCE/MA, que por sua vez está apenas obedecendo à decisão da Suprema Corte, acarretarão em diversos problemas admini-

strativos, incluindo Processos de Improbidade Administrativa e Criminal, arresto de bens e afastamento do cargo.

De acordo com o Tribunal de Contas do Estado, a decisão do STF está apenas conduzindo a direção para mudanças tão importantes para os municípios maranhenses. Pelos desdobramentos do caso, concluímos que finalmente a moralização chegou ao Maranhão. ●

Governo lança painel para acompanhar 98,5 mil obras no país

Plataforma permitirá, ao cidadão e aos meios de comunicação, fiscalizar e reivindicar obras

BRASÍLIA

O Governo Federal lançou ontem uma ferramenta que permitirá a qualquer pessoa acompanhar a situação de 98.499 obras ligadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ao Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasses (Siconv) e ao Programa Avançar. Segundo o ministro do Planejamento, Esteves Collnago, essas obras totalizam R\$1,23 trilhão investidos desde 1998 com recursos públicos.

O Painel de Obras tem por objetivo monitorar e controlar obras públicas de forma mais transparente. Ele pode ser acessado pela internet, por meio do endereço <http://paineldeobras.planejamento.gov.br>.

"Esse painel permitirá, ao cidadão e aos meios de comunicação, fiscalizar e reivindicar obras", disse o ministro, durante o lançamento da ferramenta. De acordo com Collnago, o painel beneficiará também gestores públicos e órgãos de controle, por concentrar em um único sistema informações que antes estavam espalhadas. A consulta pode ser feita em um mapa com os estados, pelo nome dos municípios ou pelo executor da obra.

Durante a apresentação da ferramenta, já foi possível observar que, das quase 100 mil obras cadastradas, 63.294 estão vinculadas ao Siconv; 27.647 ao PAC; e 7.558 ao Avançar. Além disso, 7,99% das obras foram canceladas; 43,95% estão em execução; 36,32% foram concluídas; 6,3% estão em fase de ação preparatória; e 5,19% encontram-se na

“O cadastro de obras deve ter por foco a transparência e a publicidade, para acompanhamento pelo público”

MINISTRO RAIMUNDO CARREIRO
Presidente do TCU

fase de prestação de contas.

O estado com maior número de empreendimentos é São Paulo (11.115), seguido de Minas Gerais (9.671); Rio Grande do Sul (8.855); Bahia (7.858) e Paraná (6.712). Já a pasta que mais investiu nas obras que integram o Painel foi a de Minas e Energia (R\$385,9 bilhões). Em seguida, vêm os ministérios das Cidades (R\$314 bilhões) e da Defesa (R\$116,8 bilhões).

Obras inacabadas

Presente ao evento, o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Raimundo Carreiro, classificou de "coisa vergonhosa" a existência tantas obras inacabadas no Brasil. Diante dessa situação, ele disse que é positiva "a construção de um cadastro de obras, centralizando investimentos do governo em obras públicas", desde que tenha por objetivo "uma transparência que promova o controle social" e que dê, ao Executivo, condições para que possa melhor fiscalizar obras públicas. ●

VEÍCULO		EDITORIA
() O Estado do MA	() Atos e Fatos	(X) Política () Cidades / Urbano () Geral () Polícia
(X) O Imparcial	() A tarde	
() Pequeno	() Correio de Notícias	() Outros
() Debate	() O quarto poder	
() Extra	() Internet / Blog	
DATA 25 / 04 / 2018	Página 3	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Deputados gastam R\$ 3,1 milhões com publicidade

Parlamentares maranhenses utilizaram 35% de suas cotas parlamentares com divulgação de suas atividades no ano de 2017. Tendência é aumentar em 2018

GEORGE RAPOSO

Um velho ditado na administração afirma que "propaganda é a alma do negócio" e, aparentemente, na política esta expressão ganha ainda mais força, principalmente quando se aproximam as eleições. Em 2017, os deputados federais maranhenses gastaram 35% da famigerada "cota parlamentar" com divulgação de suas atividades, ou seja, publicidade. Os valores ultrapassaram a marca dos R\$ 3,1 milhões. Vale ressaltar que este montante gasto foi reembolsado aos parlamentares, de acordo com a legislação brasileira.

Entre os maranhenses, o grande campeão da publicidade parlamentar no ano passado foi Cléber Verde (PV), que gastou R\$ 327 mil, seguido de perto por Rubens Pereira Júnior (PCdoB) com R\$ 324 mil. Completando os cinco primeiros, estão Hildo Rocha (MDB) com R\$ 312 mil, Luana Costa (PSC) com R\$ 307 mil e Eliziane Gama (PPS) com R\$ 240 mil. Dos 18 par-



CLÉBER VERDE (PV)

RUBENS JR (PCDOB)

HILDO ROCHA (MDB)

DESPESAS QUE PODEM SER PAGAS COM RECURSOS DA COTA PARLAMENTAR DOS DEPUTADOS FEDERAIS

- Passagens aéreas, telefonia e serviços postais (exceto compra de selo);
- Manutenção de escritórios de apoio à atividade parlamentar;
- Alimentação do parlamentar;

O que é cota parlamentar?

BASTIDORES

Raimundo Borges
bastidores@oimparcial.com.br



O poder da economia nas urnas

Parece incrível, mas é dado oficial. O Maranhão mostra que está resistindo aos solavancos da crise econômica e tenta encontrar a porta de saída. Segundo levantamento do Departamento de Salário e Emprego do Ministério do Trabalho, o estado obteve, no primeiro trimestre, o segundo maior número de vagas do Nordeste, perdendo apenas para a Bahia. O Maranhão manteve o maior saldo de empregos com carteira dos últimos oito anos para o mês de março, contrariando a lógica.

Mesmo com a informalidade correndo solta nas atividades econômicas em todo o país, no Maranhão foram criados 1.017 postos com carteira, um crescimento de 0,22%. Já o Nordeste teve o número invertido, perdeu 13.608 empregos formais, o que representa uma queda de 0,22%. Em março passado, foi divulgado outro dado altamente favorável, na economia maranhense. O Produto Interno Bruto cresceu em 2017 quase 10 vezes em comparação com o do Brasil, com 9,7%, segundo levantamento do setor de análises do Banco Itaú, enquanto o Brasil não passou de 1%.

São dados que contrastam com os demais estados. Obviamente, num ano eleitoral, tudo que ocorrer na área econômica tem peso considerável no cenário eleitoral. Não é de se estranhar que o governo Flávio Dino, que tem transitado com relativa desenvoltura em meio à turbulência da crise e ainda por cima como opositor do governo Michel Temer, virou alvo único de todas as forças políticas que lhe fazem oposição, todos alinhados com o grupo Sarney.

Até as fake news se tornaram fontes de informação, com o objetivo de tumultuar o debate político e mostrar que, pelo ter um governador do PCdoB, o Maranhão estaria condenado ao fracasso. É como tentar-se incutir em mentes desinformadas que partido de esquerda é sinônimo de maledicência na gestão pública. Como se ideologia no Brasil tivesse o seu real sentido aplicado na prática. Mas o que ocorre é outra coisa: As ideologias no Brasil se cruzam, se separam, se juntam, se apegam e se destroem, sem qualquer cerimônia, à mercê das circunstâncias e do pêndulo do poder.

Bate-rebate

Como costuma fazer para se comunicar com a população, o governador Flávio Dino usou as redes sociais para rebater a ampla cobertura que a TV Mirante, da família Sarney, vem dando às matérias contra seu governo. O caso do memorando de um coronel



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia			
DATA	25/04/2018	PÁG.	5
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Ação presta atendimento a usuários de drogas da "Cracolândia" do João Paulo

Atividades foram estendidas também à população que trabalha ou transita pela região

LUCIENE VIEIRA

Na manhã dessa terça-feira (24), o bairro do João Paulo passou pela quarta edição em 2018 da Operação Resgate, que presta atendimento de saúde e combate o tráfico. O propósito é resgatar dependentes químicos que vivem em situação de vulnerabilidade e prestar assistência à comunidade em geral.

A Polícia Civil e o Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas (Caps-AD) desencadearam neste ano a quarta edição do projeto, que existe desde 2011 e em 2017 realizou 11 ações. Ontem, segundo o diretor do Caps-AD, Marcelo Costa, duas pessoas teriam aceitado o tratamento, sendo que uma delas foi encaminhada para a Unidade de Acolhimento do Caps.

A ação na Avenida Projetada, que já é referida pela população como "cracolândia maranhense", começou por volta das 6h30. O delegado titular do 1º Distrito Policial (1º DP), Joviano Furtado, afirmou que a ação visa retirar da

região usuários de droga, e com isso reduzir os furtos por toda a localidade do centro de São Luís. "E estamos conseguindo resultados positivos. Há apenas uma pequena concentração de usuários de droga que ainda frequentam essa avenida",

informou o delegado.

Joviano Furtado disse ainda que, no ano passado, houve no centro da capital 23 homicídios, sendo que 17 vítimas eram dependentes químicos em situação de rua. O titular do 1º DP contou ainda que em 2017 a delegacia registrou dois

assassinatos por mês, envolvendo usuários de droga (quando não era os autores, eram as vítimas). "Neste ano, tivemos apenas uma ocorrência nesses últimos quatro meses", declarou.

De janeiro até ontem, Marcelo Costa informou que 2.800 pessoas procuraram o Caps-AD, localizado no Monte Castelo, de forma voluntária. "As pessoas com dependência química buscam tratamento, elas que nos procuram, na maioria das vezes, e 30% conseguem tirar as drogas de suas vidas", declarou o diretor do Centro de Atenção Psicossocial.

AÇÃO

Ontem, foi montada uma tenda com uma equipe de profissionais, entre enfermeiros, técnicos de enfermagem e médicos psiquiatras. Houve medição de pressão, teste de glicemia capilar, e vacinas contra hepatite B, gripe, febre amarela e tétano. Nas duas primeiras horas do evento, cerca de 159 pessoas já teriam sido atendidas; conforme Marcelo, a expectativa era de mais de 300 atendimentos até o fim da manhã.

O público, segundo os organizadores da Operação Resgate, era formado, além de dependentes químicos, pela comunidade do João Paulo, e até mesmo pessoas de outros bairros que estavam passando pelo local e se interessaram em fazer os exames.



Tenda da Operação Resgate ofereceu atendimento para usuários de drogas e à comunidade em geral



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia		Outros	
DATA	25/04/2018	PÁG.	5
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

“CPI da Espionagem”: Sousa Neto recolhe assinaturas na AL

Deputado quer apuração sobre de onde partiu a ordem para o ‘fichamento’ de políticos de oposição a Flávio Dino a ser realizado pela PM no interior

RONALDO ROCHA
Da editoria de Política

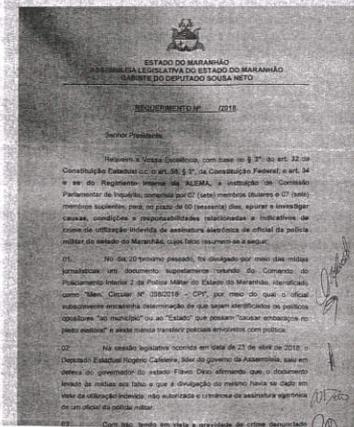
O deputado estadual Sousa Neto (PRP) deu início ontem à coleta de assinaturas para um requerimento que propõe a abertura e instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Espionagem na Assembleia Legislativa.

A comissão, caso seja criada, terá como objetivo principal apurar de onde partiu a ordem expressa pelo Comando de Policiamento de Interior da Polícia Militar (PM), de monitoramento dos políticos de oposição ao governador Flávio Dino (PCdoB) no interior do estado.

“Ap todo, são três os documentos assinados por oficiais da polícia e que tratam da espionagem. O caso foi revelado com exclusividade por O Estado na semana passada e ganhou repercussão nacional. No último domingo, o programa Fantástico, da Rede Globo, abordou o tema em reportagem especial.

Sousa Neto afirmou na sessão

REQUERIMENTO DE CPI



Deputado também propõe CPI em caso de Jefferson Portela

O deputado Sousa Neto (PRP) também apresentou aos colegas no Legislativo requerimento para a instalação de uma CPI para apurar denúncia de um policial militar segundo a qual ele teria sido coagido pelo secretário de Estado da Segurança Pública, Jefferson Portela (PCdoB), para incluir o nome do deputado Raimundo Gutrim (PCdoB) entre os integrantes de uma quadrilha de contrabando desbaratada no mês de fevereiro em São Luís.

O PM citado no requerimento é Fernando Paiva Moraes Júnior, que prestou depoimento no dia 16 de abril ao juiz federal Luís Regis Bomfim Filho, da 1ª Vara Criminal da Justiça Federal no Maranhão. Na ocasião, o militar desistiu de continuar

No requerimento, contudo, ele tomou por base um posicionamento do líder do Governo no Legislativo Estadual, deputado Rogério Cafeteira (DEM), de que o documento era falso e que a divulgação do memorando havia sido dado em virtude da utilização indevida, criminosa e não autorizada da assinatura eletrônica de um oficial da PM.

“Com isso, tendo em vista a gravidade do crime denunciado pelo deputado Rogério Cafeteira (crime contra a administração pública), de utilização indevida da assinatura digital por um oficial da Polícia Militar do estado do Maranhão, que culminou com a exoneração dos comandantes envolvidos no caso noticiado nas mídias, a instauração de uma CPI é medida que se impõe no caso”, destaca o documento apre-

A Procuradoria-Geral da República (PGR) informou ontem, por meio de nota enviada ao Jornal Hoje, da TV Globo, que recebeu e analisará uma representação de autoria da deputada estadual Andrea Murad (PRP), com a solicitação de intervenção federal na Segurança Pública do Maranhão até o fim das

sentado por Sousa Neto.

Esclarecimentos

Na última segunda-feira, 11 deputados estaduais protocolaram, na Assembleia Legislativa, requerimento que convida o tenente-coronel Emerson Farias Costa, o coronel Antônio Markus da Silva e o major Ja-

eleições deste ano. O pedido foi feito depois da revelação da existência de documentos internos da Polícia Militar com ordens para que os comandos do interior realizassem identificação e cadastro [monitoramento] de lideranças que fazem oposição ao governo Flávio Dino (PCdoB) em todo o interior do estado.

driel Luís Sousa Rezendes, todos com atuação no Comando de Policiamento de Interior da Polícia Militar, para prestar esclarecimentos a respeito do Memorando Circular 098/2018. Para os parlamentares, a ordem da espionagem pode ter partido do governador Flávio Dino.

Autor do requerimento subscri-

...Sousa Neto trata da gravidade do caso, que envolve Jefferson Portela.

Ele lembrou que, na ocasião da operação policial, Jefferson Portela teria sugerido o envolvimento de políticos e agentes públicos com os crimes de contrabando.

Dias depois, a imprensa levantou a informação, de bastidores, de participação de pelo menos dois deputados estaduais e um secretário de Governo.

to por outros 10 parlamentares, Eduardo Braide (PMN) afirmou que o Brasil ficou estupefocado com o escândalo. Ele enfatizou que o documento assinado por oficiais da PM, tinha o objetivo de “fichar” a oposição, o que configura uso político da força policial. Por isso, a necessidade dos esclarecimentos. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia			
DATA	25/04/2018	PÁG.	52
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

“Monitoramento” CORONEL, MAJOR E SOLDADO DEPÕEM EM SINDICÂNCIA QUE APURA ORIGEM DE CIRCULAR SUSPEITA NA PMMA

Um coronel, um major e um soldado digitador já foram ouvidos, até agora, na Sindicância Investigatória, presidida pelo Coronel Antônio Roberto dos Santos Filho, subchefe do Estado Maior da PMMA, instaurada pelo Comando-Geral da Polícia Militar, para apurar a origem de uma Circular disparada para monitorar adversários políticos do Governo do Estado no interior do Maranhão.

Na segunda-feira, foi ouvido o Coronel Markus da Silva Lima, chefe do CPAI (Comando de Policiamento de Área do Interior), do município de Presidente Dutra. Markus negou que assinou o ‘documento’ e confirmou o que já havia dito extraoficialmente: que sua assinatura foi usada sem o seu consentimento, e que a Circular “partiu do CPI (Comando de Policiamento do Interior). Markus confirmou o que já havia dito à imprensa: “É assinatura digital, não é do meu conhecimento.

Pegaram minha assinatura e colocaram no documento, usando o meu logotipo; não autorizado por mim, sem meu conhecimento”.

Nessa terça-feira foi ouvido um soldado digitador, mas o JP não teve acesso ao teor do seu depoimento. E ainda o major Castro, adjunto do Coronel Markus.

PARA ENTENDER

No dia 6 de abril, o Comando de Policiamento do Interior (CPI), dirigido pelo Coronel Zózimo Paulino Neves, passou uma tabela, por meio do Tenente Coronel Emerson, a todos os comandos do interior, para levantamento de informações básicas sobre as

eleições de 2018. “Nessa tabela, havia um pedido de informações complementares com cinco itens completamente absurdos, ilegais e que afrontam o estado democrático de direito. Um deles pedia a identificação de lideranças locais e individuais antagonistas ao governo do estado”, ressaltou ao JP o Coronel Luongo, comandante da PMMA.

Quinze dias depois, em 19 de abril, houve um segundo pedido, reiterando dois itens da primeira tabela, sendo um deles a identificação de lideranças locais e estaduais que seriam antagonistas ao governo. “É essa reiteração que não se sabe quem fez. A partir dela, o CPI (Comando de Policiamento do Interior), por meio do Coronel Markus (a assinatura dele é que aparece no ‘documento’) expediu uma Circular, 08/2018, pedindo essas informações no âmbito de sua área. E foi esse o documento que vazou para a imprensa”, acrescentou o comandante da PM, para sugerir: “Alguém usou da assinatura eletrônica do coronel Markus para produzir a assinatura e difundir essa Circular. O Comando da PM não autorizou, não tinha conhecimento, nem a Secretaria da Segurança e muito menos o governo do estado”.

“A tabela foi feita como se tratasse de um levantamento de informações normais sobre o processo eleitoral. Mas quando alguém faz uma reiteração, enfatiza para levantar lideranças políticas antagônicas ao governo e isso vaza para a imprensa, somos obrigados a suspeitar que alguma coisa está errada”, arrematou o Coronel Luongo.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input checked="" type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia			
DATA	25/04/2018	PÁG.	7
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

PM prende mulher e apreende adolescente na Santa Efigênia

Uma ação realizada na noite do último domingo (22) pela Polícia Militar por meio do 6ºBPM, conseguiu prender Konkimar Narcisa de Oliveira Passos (20) e apreender o adolescente de iniciais L.G.P (17), suspeitos de cometerem o crime de tráfico de entorpecentes no bairro da Santa Efigênia, em São Luís.

A equipe do Grupo Tático Móvel (GTM) recebeu uma ligação anônima relatando que na rua Santa Isabel, estaria funcionando um ponto de comercialização de drogas administrado pelo casal. Já no local, a guarnição observou uma movimentação suspeita de pessoas no endereço citado.

Inicialmente foi feita uma abordagem ao adolescente e encontradas em sua posse 4(quatro) petecas de uma substância similar ao crack. Posteriormente, foi realizada uma revista na residência onde estava Konkimar. Foram apreendidos 13 papelotes de um produto semelhante a cocaína, 39 petecas de crack, 1(uma) unidade de maconha, cerca de 176 reais, um revólver



Foram apreendidas drogas, cerca de 176 reais, um revólver calibre 22 com quatro munições

calibre 22 com quatro munições e alguns materiais de embalar a droga.

A dupla foi apresentada na Delegacia da Cidade Operária onde foram autuados por trá-

fico de drogas e porte ilegal de arma de fogo, ficando presos à disposição do Poder Judiciário.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input checked="" type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia			
DATA	25/04/2018	PÁG.	7
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Homem é morto durante ação criminosa envolvendo quatro pessoas na Av. Litorânea

O delegado Vilamar Alves apurou que Andreia da Silva atraiu a vítima para um encontro na Litorânea. Chegando ao local, Tadeu foi surpreendido pela presença de três homens.

G1 MA - O economista e representante comercial Fernando Tadeu Costa da Silva, de 53 anos, foi morto por espancamento e golpes de faca, na noite de segunda-feira (23), na Avenida Litorânea, em São Luís. As informações policiais até o momento são de que a vítima foi morta após ter seu veículo roubado.

O carro tem placa de Belo Horizonte-MG, QNA-4506, e seria alugado pelas informações levantadas pela polícia. Além do veículos, outros pertences como carteira e celular foram roubados da vítima.

Fernando Tadeu da Silva ainda foi encaminhado para o Hospital Djalma Marques (Socorrão I), no Centro de São Luís, mas não resistiu os graves ferimentos. O caso foi registrado no Plantão de Polícia Civil das Cajazeiras, no Centro de São Luís. Até as primeiras horas da manhã desta terça, ninguém da família havia procurado a delegacia.

Ainda na noite de segunda-feira, a Polícia Militar tomou conhecimento do crime e iniciou o monitoramento do veículo. A perseguição termi-



Fernando Tadeu Costa da Silva, de 53 anos, foi morto por espancamento

nou com a prisão de quatro suspeitos, que foram levados ao plantão e autuados em flagrante. Eles foram identificados como Ramon Façanha

Gomes, 22 anos, Glaubert Ferreira Silva, de 18 anos, Jorge Anderson Veloso Barbosa, de 22 anos, e Andreia da Silva Ferreira, de 23 anos.

O delegado Vilamar Alves apurou que Andréa atraiu a vítima e marcou um encontro na Litorânea. Chegando ao local, Tadeu foi surpreendido pela presença dos três homens, sendo que Jorge Anderson é marido de Andréa, como informou o delegado. O primeiro golpe foi uma paulada na cabeça. A vítima não reagiu mais depois do primeiro golpe, mas o Glaubert, ainda assim, esfaqueou Fernando quatro vezes.

No domingo, Andréa conheceu a vítima em uma das praias ao longo da avenida. Eles trocaram telefones e marcaram o encontro para o dia seguinte, por volta das 19h, no mesmo local. O ataque foi quando a vítima estava na areia, de costas para a avenida, bem próxima ao mar.

Depois disso, eles fugiram. O casal ficou nas proximidades ainda da avenida e os outros dois foram localizados na área da Lagoa da Jansen. Em depoimento, o bando disse que o carro roubado seria levado para cidade de Itapecuru-Mirim, distante 118 km de São Luís, cidade de Andréa.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input checked="" type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia			
DATA	25/09/2018	PÁG.	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

**PGJ entrega duas
Propostas de Emendas
à Constituição ao
governador Flávio Dino**



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input checked="" type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia			
DATA	25/04/2018	PÁG.	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa



Presidente da Assembleia chama Jefferson Portela na catraca para falar sobre "arapongagem"

Na tarde de segunda-feira (23), o secretário de Estado da Segurança Pública do Maranhão, Jefferson Portela, reuniu-se com o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB), para esclarecer denúncia de suposto envolvimento da Polícia Militar em monitoramento de políticos adversários do governo Flávio Dino

PÁGINA 2



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input checked="" type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia			
DATA	25/04/2018	PÁG.	5
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Ex-presidente da Câmara de Vereadores de Porto Rico é condenado por improbidade

Uma sentença proferida pelo Judiciário da Comarca de Cedral condenou Adelson Abreu por atos de improbidade administrativa, praticados quando exercia o cargo de presidente da Câmara de Vereadores do município de Porto Rico, termo judiciário da comarca. Ele foi condenado à perda da função pública, caso exerça alguma; suspensão dos direitos políticos pelo prazo de cinco anos, ressarcimento integral do dano no valor de R\$ 31,5 mil, e ao pagamento de multa civil, de caráter pedagógico e punitivo, em favor da municipalidade em valor equivalente a R\$ 31,5 mil.

A ação foi proposta pelo Ministério Público, que relatou que o ex-vereador, durante o exercício de 2005, cometeu uma série de irregularidades

que provocaram desaprovação de suas contas pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE-MA). Dentre as irregularidades, apontou a fragmentação de despesas para contratação de serviços de assessoria jurídica e para a contratação da CONACON - Consultoria Contábil, Orçamentária e Planejamento para a prestação de serviços contábeis; bem como dispensa indevida de licitação para aluguel de duas motocicletas e ausência de envio de relatório de gestão fiscal. O MP pediu a condenação do réu pela prática de atos de improbidade administrativa e a consequente imposição das sanções de ressarcimento integral do dano, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, pagamento de multa civil e proibição de contratar com o

poder público e receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

O ex-vereador Adelson Abreu apresentou defesa levantando a preliminar de inaplicabilidade da Lei 8429/92 aos agentes políticos e afirmando que não teve oportunidade de se defender no âmbito do Tribunal de Contas do Estado e que também não foi instaurado inquérito civil público no qual lhe fosse dada oportunidade de defesa. Assevera que não houve enriquecimento ilícito ou prejuízo ao erário, dolo ou má-fé, esta caracterizada pelo propósito de causar dano ao erário ou ao patrimônio. Por fim, ele pediu a improcedência da ação.

Para a Justiça, o caso em tela autoriza o julgamento antecipado do mérito, de acordo com disposição legal constante do art. 355, I do Código de Processo Civil. A sentença entendeu que a improbidade, revela-se quando há prática de algum dos atos descritos na Lei 8429/92 (Lei de Improbidade Administrativa) que importem em enriquecimento ilícito, prejuízo ao erário ou ofensa dolosa aos princípios da administração pública. O entendimento do STJ é de que, para que seja reconhecida a tipificação da conduta do réu como incurso nas previsões da Lei de Improbidade Administrativa, é necessária a demonstração do elemento subjetivo, consolidado pela má-fé para os tipos previstos nos artigos da citada Lei.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
() O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso			
() Atos e Fatos () Debate (X) Extra () A tarde () Correio de Notícias			
() O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
(X) Política () Cidades / Vida		Outros	
() Geral () Polícia			
DATA	25/10/2018	PÁG.	5
		() Gerada () Espontânea	
		() Positiva () Negativa	

DE OLHO NA CONSTITUIÇÃO

PGJ entrega duas Propostas de Emendas à Constituição ao governador Flávio Dino

O procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, reuniu-se, na manhã desta terça-feira, 24, com o governador do Estado do Maranhão, Flávio Dino, no Palácio dos Leões. O objetivo da reunião foi apresentar ao chefe do Executivo Estadual, duas minutas de Propostas de Emendas à Constituição (PEC), que objetivam reforçar a transparência pública e acesso à informação nas esferas locais de governo.

O primeiro projeto apresentado requer a alteração do artigo 147, inciso IX da Constituição do Estado do Maranhão (CEMA), competindo aos municípios publicar no site da prefeitura municipal e em jornais, as leis, decretos, editais ou outros atos administrativos cuja publicidade seja condição de vigência, sem prejuízo de afixação em lugar visível ao povo. A Nota Técnica nº 07/2017 do CAOP / PROAd mostra que a redação atual do inciso IX do art. 147 da Constituição Maranhense não prestigia os avanços normativos conquistados com a Lei Complementar nº 101/2000 e a Lei nº 12.527/2011. Atualmente, grande parte das prefeituras maranhenses fazem a publicação de suas leis e decretos apenas em prédios da



Membros do Ministério Público e TCE levaram proposta ao governador do Maranhão

administração municipal. Para o procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, a transparência implica em adoção de todos os meios possíveis que possibilitem o controle social. "Essa medida vai promover ainda mais acesso aos atos estatais, por meios eletrônicos, de forma que que toda a sociedade, todo cidadão, terá alcance a esse tipo de informação", apontou o PGJ.

A segunda PEC apresentada diz respeito ao reforço no Decreto Estadual nº 30.618 de 2 de janeiro de 2015, que proíbe a atribuição de nome

de pessoa viva a bem público, de qualquer natureza, pertencente ou sob a gestão do Estado do Maranhão. A proposta pede a alteração do art. 19 inciso IV da CEMA cuja redação sugere que é proibida a denominação de obras e logradouros públicos com nomes de pessoas vivas.

Os documentos foram assinados pelo procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, integrante da Comissão Executiva da Rede de Controle da Gestão Pública; e pelo presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), José de Ribamar Caldas Furtado,

representando o Movimento Maranhão Contra a Corrupção; e entregues ao governador Flávio Dino, para apreciação.

Também participaram da reunião os assessores especiais da PGJ, Sandra Soares de Pontes e Justino Guimarães, promotores de justiça; o procurador geral do Estado, Rodrigo Maia; o secretário de Estado da Transparência e Controle (STC), respondendo também pela Casa Civil, Rodrigo Lago; o conselheiro do TCE, Washington Luís, e o Secretário de Administração do TCE, Bernardo Felipe Leal.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia			
DATA	25/09/2018	PÁG.	03
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Carlos Lula tenta transferir no STJ as investigações da PF para a Civil

Em relatório presente na decisão do ministro Ribeiro Dantas, que negou liminar em habeas corpus ao gestor, defesa do secretário diz que PF não tem competência para investigar desvios na esfera estadual

Foi publicada ontem nova decisão do ministro Ribeiro Dantas do Superior Tribunal de Justiça (STJ), com rejeição ao pedido de liminar apresentado em habeas corpus pelo secretário de Estado da Saúde, Carlos Lula, que tinha por objetivo barrar as investigações da Polícia Federal (PF), no bojo do inquérito policial nº 0606/2017, sobre licitação para contratação do Instituto de Desenvolvimento e Apoio à Cidadania (IDAC) para unidade de saúde em Chapadina.

Pelas argumentações do gestor, a intenção era deixar a cargo da polícia estadual a investigação de fraude no processo de licitação da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Chapadina.

A decisão de Ribeiro Dantas foi de negar o pedido de Carlos Lula.

No pedido de liminar, os advogados de Carlos Lula não negam os problemas apontados pela PF no processo de licitação da UPA de Cha-



Carlos Lula quer que a Justiça remeta processo para a Civil

padinha. O que a defesa pede é que as investigações fiquem a cargo dos órgãos estaduais já que, segundo os advogados de Lula, não há na suposta fraude o uso de recursos públicos federais.

"A investigação é voltada para a apuração de um cometimento de

suposta fraude ao processo de licitação pra a contratação de Organização Social para administrar a UPA do município de Chapadina-MA, na qual não há participação de recurso federal", afirmou defesa de Carlos Lula.

Os argumentos do secretário não foram suficientes para conseguir barrar as investigações da Polícia Federal que continuam acontecendo.

Fraude

O inquérito nº 0606/2017 da Polícia Federal, instaurado no bojo da Operação Sermão aos Peixes, apura se houve participação do secretário Carlos Lula no esquema que direcionou a licitação para a escolha de empresa para administração da UPA de Chapadina.

O inquérito que Lula tentou trancar - para evitar prisão - trata da investigação detalhada sobre um esquema de desvio de dinheiro público que envolvia o médico Ma-

riano de Castro, encontrado morto em Teresina, há três semanas, após divulgação da carta-denúncia, e o IDAC, marcado por escândalos na gestão Flávio Dino (PCdoB).

Na ocasião da Operação Pegadores, em novembro do ano passado, o presidente do IDAC, Antônio Aragão, afirmou em depoimento à Polícia Federal que o secretário Carlos Lula sabia do esquema do pagamento a uma lista complementar da pasta.

De acordo com Aragão, Lula também havia acertado, junto ao instituto e ao operador do esquema, Mariano de Castro, a contratação de empresas indicadas para a prestação de serviços para a SES.

O depoimento de Aragão está no relatório da PF que dá sustentação às investigações contra a organização criminoso que atuava na pasta. De acordo com a polícia, mais de R\$ 18 milhões foram desviados dos cofres públicos. ●